



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818-0001-49
Av. Dr. Paulo Ramos, 01 - Centro
Araióses - MA

LEI Nº 725/2024, DE 15 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Denys de Miranda Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Araióses - MA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e tacitamente sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2025, compreendendo:

- I - As orientações sobre elaboração e execução;
- II - As prioridades e metas operacionais;
- III - As alterações na legislação tributária municipal;
- IV - As disposições relativas à despesa com pessoal;
- V - Outras determinações de gestão financeira.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

- I - Promover o desenvolvimento econômico do Município;
- II - Reestruturar os serviços administrativos;
- III - Buscar maior eficiência arrecadatória;
- IV - Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- V - Melhorar a infraestrutura urbana;
- VI - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente.



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818/0001-49
Av. Dr. Paulo Ramos, 01 - Centro
Araióses - MA

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as normas da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:
I – O orçamento fiscal;
II – O orçamento da seguridade social.

§ 2º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I da Portaria Interministerial nº 163/2001.

§ 3º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas, no mínimo, até o elemento de despesa, conforme o artigo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º Caso o Projeto de Lei Orçamentária seja elaborado por sistema informatizado, o Poder Executivo deverá disponibilizar acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal para o desempenho de suas funções legislativas.

Seção II – Das Diretrizes Específicas

Art. 4º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2025 obedecerá às seguintes disposições:

- I – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando valores e metas físicas;
- II – Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as atividades apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;
- III – A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;
- IV – Novos projetos contarão com dotação apenas após o suprimento dos que se encontram em andamento e o atendimento das despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818-0001-49
Av. Dr. Paulo Famos, 01 - Centro
Araióses - MA

Art. 5º As unidades orçamentárias da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura Municipal de Araióses suas propostas parciais até 30 de junho de 2024.

Art. 6º A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 29 de julho de 2024.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência equivalente a 1% da receita corrente líquida, conforme o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha esta Lei.

Art. 8º Até o limite de 50% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Art. 9º Nos moldes do art. 165, § 8º, da Constituição Federal e do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária poderá autorizar, no máximo, até 50% para abertura de créditos adicionais suplementares.

Seção III – Da Execução do Orçamento

Art. 10. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º As receitas serão propostas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados conforme o comportamento da execução orçamentária.

Art. 11. Caso haja frustração da receita prevista e dos resultados fiscais esperados, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A restrição será proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais.

§ 2º Excluem-se da limitação as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios com a União e o Estado.

§ 3º A limitação de empenho e movimentação financeira será ordenada pelos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente por Ato da Mesa e Decreto.



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818-0001-49
Av. Dr. Paulo Famos, 01 - Centro
Araióses - MA

Art. 12. O Poder Legislativo, por Ato da Mesa, estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária seu cronograma de desembolso mensal.

Parágrafo único. O cronograma contemplará as despesas correntes e de capital.

Art. 13. Para os procedimentos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 14. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que impliquem renúncia de receita obedecerão às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como os descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 15. O demonstrativo das metas e prioridades constantes da LDO 2025 será enviado em anexo a este Projeto de Lei, para análise e aprovação do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 16. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente quanto a:

- I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- II - Revogação de isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
- III - Revisão das taxas, adequando-as aos custos dos respectivos serviços;



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818/0001-49
Av. Dr. Paulo Ramos, 01 - Centro
Araióses - MA

IV – Atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;

V – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS

Art. 17. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, incluindo:

I – Concessão e absorção de vantagens e revisão ou aumento da remuneração dos servidores;

II – Criação e extinção de cargos públicos;

III – Criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;

IV – Provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;

V – Revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público, por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho.

Parágrafo único. As alterações autorizadas neste artigo dependerão de saldo na respectiva dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de acréscimo na despesa com pessoal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite total previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o corte do excesso, após a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão excluídas.

§ 2º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite constitucional.



Câmara Municipal de Araióses

CNPJ 69.378.818/0001-49
Av. Dr. Paulo Ramos, 01 - Centro
Araióses - MA

Art. 19. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento na Prefeitura.

§ 1º Os projetos de lei relativos a créditos extraordinários não precisarão de autorização prévia do Poder Legislativo.

Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araioses (MA), 15 de julho de 2024.

DENYS DE MIRANDA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Araióses - MA.